



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 131

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2014

ANO III

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ASSESSORIA DA MESA	1653
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	1654
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1655

TAQUIGRAFIA

ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

Em 26 de agosto de 2014

Presidência dos Srs.
HERMÍNIO COELHO - Presidente
EPIFÂNIA BARBOSA - Deputada

Secretariados pelo Sr.
ADELINO FOLLADOR - Deputado

(Às 15 horas e 29 minutos é aberta a Sessão.)

PARLAMENTARES PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Cláudio Carvalho (PT), Edvaldo Soares (PMDB), Epifânia Barbosa (PT), Flávio Lemos (PR), Hermínio Coelho (PSD), Luiz Cláudio (PTN), Maurão de Carvalho (PP), Neodi (PSDC), Prof. Stella (PR), Ribamar Araujo (PT) e Zequinha Araujo (PMDB).

PARLAMENTARES AUSENTES: Carmem Gon (PRP), Edson Martins (PMDB), Euclides Maciel (PSDB), Glaucione (PSDC), Jaques Testoni (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Kaká Mendonça (PTB), Lebrão (PTN), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP) e Saulo Moreira (PDT), Valdivino Tucura (PRP).

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 38ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

(Às 15 horas e 50 minutos o Senhor Hermínio Coelho passou a Presidência à Senhora Epifânia Barbosa)

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 - Mensagem nº 163/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera dispositivos da Lei nº 3.177, de 11 de setembro de 2013, que “autoriza o Poder Executivo a realizar a compensação de créditos tributários do Estado de Rondônia, relativo ao ICM e ICMS, inscritos em dívida ativa com débito da Fazenda Pública objeto de Precatório Judicial”.

02 – Mensagem nº 164/2014 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$ 19.187.790,00, em favor das Unidades Orçamentárias Superintendência Estadual de Administração e Recursos Humanos – SEARH, Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado – FHEMERON, Centro de Educação Técnica Profissional da Área de Saúde – CETAS, Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS,

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**
1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**
4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Rôbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS e Fundação Estadual de Assistência Social – FEAS”.

03 – Ofício nº 283/GP/2014 – Tribunal de Contas, encaminhando projeto de Lei Complementar que “Altera as Leis complementares nºs 154, de 26 de julho de 1996; 307, de 1º de outubro de 2004; 658, de 13 de abril de 2012; 679, de 22 de agosto de 2012; 764, de 1º de abril de 2014; 786, de 15 de julho de 2014 e Lei nº 1.643, de 29 de junho de 2006 e dá outras providências”.

04 – Ofício nº 988/2014 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2235/14, de autoria da Deputada Epifânia Barbosa.

05 – Ofício nº 989/2014 – COTEL, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nºs 2268/14, 2270/14, 2271/14 e 2272/14, de autoria do Deputado Adelino Follador.

06 – Ofício nº 990/2014 – COTEL, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nºs 2290/14 e 2291/14, de autoria do Deputado Edson Martins.

07 – Ofício nº 991/2014 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2418/14, de autoria da Deputada Professora Stella.

08 – Ofício nº 993/2014 – COTEL, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nºs 2430/14, 2427/14, 2425/14 e 2422/14, de autoria da Deputada Professora Stella.

09 – Ofício nº 2044/2014 – Governo do Estado, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nºs 2332/14 e 2336/14, de autoria dos Deputados Lebrão e Flávio Lemos.

10 – Ofício nº 2078/2014 – Governo do Estado, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2381/14, de autoria da Deputada Carmem Gon.

11 – Ofício nº 277/2014 – Tribunal de Contas, encaminhando cópia da Decisão nº 237/2014-PLENO, prolatada no Processo nº 2577/2014/TCE-RO.

12 – Ofício nº 711/2014 – Tribunal de Justiça, encaminhando para intimação, cópia de inteiro teor da decisão de folhas 226/227, referente ao Mandado de Segurança nº 0002240-85.2014.8.22.0000.

13 – Ofício nº 719/2014 – Tribunal de Justiça, comunicando que foi concedido liminar para suspender provisoriamente os efeitos dos artigos 13, §3º, 25, 40 §§ 1º e 2º e 43, parágrafo único, da Lei Orçamentária nº 3.395 de 2014.

14 – Ofício nº 732/2014 – Tribunal de Justiça, encaminhando para conhecimento e providências cópia do acórdão de folhas 107/118, referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0003726-08.2014.822.0000.

15 – Ofício nº 733/2014 – Tribunal de J, ustiça, encaminhando cópia de inteiro teor do acórdão de folhas 131/144, referente à

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0006321-14.2013.822.0000.

16 – Ofício nº 709/2014 – Tribunal de Justiça, informando que decorreu o prazo em 12/8/2014 sem que fosse interposto recurso à decisão de folhas 78/79, referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0005307-92.2013.822.0000.

17 – Ofício nº 1167/2014 – Departamento Estadual de Trânsito, informando que celebrou o Convênio nº 09/2014 com a Prefeitura do Município de Pimenta Bueno.

18 – Ofício nº 1234/2014/DETRAN – informando da celebração de convênio entre o Departamento Estadual de Trânsito e o Município de São Francisco do Guaporé.

19 – Ofício nº 122/2014/CAA/SEJUS – Secretaria de Estado de Justiça, solicitação de empréstimo do taquígrafo para utilização na audiência pública de construção do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Rondônia.

20 – Requerimento do Deputado Cláudio Carvalho, justificando ausência na sessão do dia 11 de junho de 2014.

21 – Requerimento do Deputado Adelino Follador, justificando ausência na sessão do dia 25 de junho de 2014.

22 – Requerimento do Deputado Zequinha Araújo, justificando ausência na sessão do dia 12 de agosto de 2014.

23 – Requerimento do Deputado Edvaldo Soares, justificando ausência na sessão do dia 12 e 19 de agosto de 2014.

24 – Requerimento do Deputado Edson Martins, justificando ausência na sessão do dia 12 de agosto de 2014.

25 – Comunicados nºs AL150611/2014 a AL150678/2014 - do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

26 – Mensagem nº 165/2014 – Poder Executivo, encaminhando substituto ao Projeto de Lei enviado através da mensagem nº 162, de 19 de agosto de 2013, o qual “Altera o Anexo II da Lei Complementar nº 733, de 10 de outubro de 2013”, pelo Projeto de Lei Complementar que acompanha a presente Mensagem.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Passamos às Breves Comunicações. Com a palavra, pelo prazo de cinco minutos, o Deputado Zequinha Araújo.

O SR. ZEQUINHA ARAÚJO - Senhora Presidente em exercício, Deputada Epifânia, nobres pares, senhoras e senhores.

Vou utilizar a tribuna aqui tão-somente para prestar uma homenagem e lembrar que dia 31 agora, próximo, a EMATER/RO, o Serviço de Extensão Rural de Rondônia estará completando 43 anos de existência, de trabalho voltado para o pequeno e médio produtor rural. Um serviço de qualidade e

que jamais poderíamos deixar de esquecer em fazer esta homenagem e lembrar que ele é um serviço necessário, até imprescindível para o Estado de Rondônia. Muitas vezes a extensão foi tratada a ponto de ser esquecida, mas a força dos seus servidores e desta Casa de Leis fez com que a extensão rural persistisse para o bem de todos, principalmente da produção rural do Estado de Rondônia. São 43 anos de luta, 43 anos de determinação, 43 anos de inovação, mas principalmente 43 anos de proximidade com o servidor, com o produtor rural.

Essa maneira de trabalhar da extensão rural, da EMATER/RO nos dá a certeza da credibilidade que ela adquiriu ao longo do tempo, por isso que aqui hoje, com mais de setenta unidades operacionais em todos os 52 municípios, é uma entidade que merece o nosso respeito, merece a nossa consideração, por isso que eu estou usando a tribuna para falar da EMATER. Parabenizar, principalmente aqueles guerreiros, Deputado Neodi, são pessoas guerreiras da extensão rural, são assistentes sociais, técnicos agrícolas, engenheiros, enfim, mais de mil e quatrocentos servidores ajudando o crescimento do Estado de Rondônia, que merecem a nossa consideração. Hoje mais de mil beneficiários no Estado e isso nos deixa feliz por saber que temos uma entidade, uma instituição séria que ao longo do tempo, mesmo aos trancos e barrancos, algumas vezes fez o seu papel modificando assim, trazendo, melhorando a qualidade do desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Queremos, por final, parabenizar e dizer que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia jamais poderia se omitir de trazer esta mensagem, esse reconhecimento do que a EMATER representa para o povo do Estado de Rondônia. Parabéns à EMATER e nós estamos, com certeza, cientes de que esta Casa de Leis tem mais do que nunca prestar o esclarecimento, o apoio necessário para que essa extensão rural do Estado de Rondônia continue produzindo, competente e cada vez mais voltada para o pequeno produtor, que é quem traz o desenvolvimento do Estado.

Muito obrigado, senhor Presidente.

(Às 15 horas e 57 minutos a senhora Epifânia Barbosa passou a Presidência ao senhor Hermínio Coelho)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Zequinha. Com a palavra o Deputado Neodi, por cinco minutos.

O SR. NEODI – Sr. Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputadas, a imprensa, Senhores e Senhoras.

Venho à tribuna desta Casa, senhor Presidente, para fazer uma denúncia da questão da energia em Machadinho D'Oeste. É vergonhoso, senhor Presidente, um município como Machadinho, um município que já tem quase 25 anos de emancipação, hoje Machadinho, Deputada Stella, nós temos lá dez minutos com energia, duas horas sem energia, é vergonhoso! É vergonhoso! Simplesmente a energia vai embora, ninguém dá satisfação para ninguém, não tem para quem reclamar e isso realmente é um absurdo, voltou os tempos de quando eu cheguei em Machadinho, há trintas anos, e naquela época a energia era melhor do que hoje, há trinta anos ainda

tinha um motor Scania, um motor estacionário lá para atender aquela população. Hoje, é vergonhoso, as pessoas reclamando que é geladeira que queima, é televisão, enfim, eletrodomésticos, bomba de poço porque na mesma hora que tem energia, a energia vai embora e quando vem, vem de supetão e às vezes vem e já corta novamente. Então, é um problema sério e a CERON não tem feito a sua parte, a energia de Rondônia é uma das energias mais caras que existem no país, a energia aqui de Rondônia, e na minha região, no meu município a energia é de péssima qualidade. Os agricultores reclamando, perdendo leite nos tanques, ninguém dá satisfação para ninguém, você vai à CERON, eles falam, dizem que você tem que ligar no 0800, você liga no 0800, ninguém resolve absolutamente nada e a população está daquele jeito, você não consegue num escritório, por exemplo, hoje em Machadinho, numa empresa, você não consegue fazer o seu trabalho administrativo porque não tem energia. Nós voltamos à idade da pedra, é um absurdo, não dá para admitir que continue dessa forma.

Então, estou fazendo aqui essa denúncia, senhor Presidente, e nós estaremos enviando ofício à direção da CERON aqui em Rondônia para nos dar uma explicação do porquê, qual o motivo de estar faltando tanta energia em Machadinho D'Oeste. Hoje Rondônia é um dos maiores produtores de energia no Brasil ou será daqui a uns dias com a conclusão da usina, mas hoje nós temos várias unidades aí em operação. A energia que se produz em Rondônia indo embora daqui e o povo daqui de Rondônia sofrendo ainda por falta de energia. Infelizmente, isso está acontecendo há mais de um ano, fizeram levantamento, fincaram marcos, fizeram medições que a energia ia chegar a Machadinho, o linhão, Deputado Adelino, e até hoje ninguém disse nada, desapareceram, os marcos já não estão mais no local onde foram colocados e as pessoas realmente estão lá todo mundo indignado com essa situação. Muitas vezes as pessoas tomam prejuízo, e grande, pessoas que não têm condição de comprar uma nova televisão, queima aquela que têm e ficam sem ter informação. E parece que é isso que eles querem que as pessoas tenham menos informação, para pessoas que se perpetuam no poder é importante porque as pessoas não sabem o que está acontecendo fora do seu domicílio.

Então deixo aqui a minha indignação e esta denúncia que faço contra a CERON. Estarei enviando, senhor Presidente, um ofício para a CERON pedindo providências, porque não dá para admitir que a população fique sempre pagando o preço alto da incompetência que se instalou neste Estado e nesse país.

São estas as minhas palavras, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Neodi. E dizer que, Deputado Neodi, como Vossa Excelência falou muito bem, ninguém consegue falar com ninguém dessa tal de ELETROBRAS aqui em Rondônia. Qual é o nome do diretor aqui? Efraim. Esse tal de Efraim, nunca vi uma pessoa tão difícil. E também quando você encontra não resolve nada. Que é aquilo que eu tenho falado, nós temos andado no Estado também, Deputado Neodi, e o pessoal reclamando que a energia é fraca, que vive dando queda de energia toda hora. Enquanto isso a nossa Presidente vem aqui

gravar no programa eleitoral garantindo lá para o povo do Sul e do Sudeste que fique tranquilo porque não vai ter apagão, porque o rio Madeira vai dar energia para eles e o povo deste Estado pagando caro e tendo essa energia ruim da forma que é. Infelizmente, Valdir Raupp ao invés de estar lá defendendo para que o nosso Estado seja atendido também com a energia boa, não, fica nos vendendo pelos carguinhas da ELETROBRAS, do DNIT, do INCRA, enfim, dos cargos federais do Estado.

O SR. NEODI – Esse Efraim é igual à perna de cobra, todo mundo sabe que tem esse Efraim no Estado, mas ninguém o vê, você não consegue localizar ele para fazer uma reclamação ou alguma coisa ou ele te dar uma satisfação do porquê está acontecendo isso. É isso que eu denunciei aqui, não é uma semana não, isso já vem uns cinco meses consecutivos acontecendo isso lá, é inadmissível! E você não consegue achar o responsável por isso, não consegue. Há pouco tempo, acho que tem que acontecer o que aconteceu lá em Machadinho, a população acampou na cidade, na Prefeitura, e sem a CERON ter ido lá e dado uma solução para o problema da energia do 'Luz Para Todos' da área rural, o pessoal não saiu da Prefeitura, parece que esse povo só entende esta linguagem da pressão e, realmente, da manifestação. Parece que o diálogo, a conversa para eles não resolve nada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Convidar todos os Deputados para virem ao Plenário, porque tem alguns projetos aí, e que a gente deve votar hoje. Nós já deixamos nesse período eleitoral para as sessões serem só na terça-feira, exatamente para a gente limpar a pauta para votar os projetos que tiver e para deixar o resto dos dias para os Deputados ficarem na campanha. E eu espero que hoje a Sessão não fique prejudicada por falta de quórum e a gente deixe de votar alguns projetos importantes. E tem outros, Deputado Neodi, por exemplo, tem um projeto aí, inclusive, que está na sua Comissão, parece que Vossa Excelência é o Relator, que é sobre o IPERON, parcelamento do desconto do IPERON. E eu andei, eu tenho uma informação que, inclusive, o Governador vem descontando e não repassando o desconto, o repasse até dos trabalhadores, e isso, para falar a verdade, isso é apropriação indébita, é crime, e eu estou esperando que alguém entre com um pedido de afastamento desse Governador aqui na Assembleia para a gente trabalhar entre os Deputados a possibilidade de afastar ele do cargo por mais um crime que ele está cometendo neste Estado. E que cabe a nós, eu estive no Ministério Público, estive conversando com algumas autoridades e eles falaram: isso aí quem tem que responsabilizar o Governo por isso é a Assembleia, é papel da Assembleia. Isso é papel da Assembleia responsabilizar o Governo por essas questões.

O SR. NEODI – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pois não.

O SR. NEODI – Essa questão desse projeto, eu fiz parte, eu faço parte, eu sou suplente da Comissão de Constituição e Justiça, e na semana passada não deu quórum com os titulares da Comissão e eu fui chamado para participar da Comissão de Constituição e Justiça. E este projeto na distribuição foi distribuído

para que eu desse o Parecer, mas é um projeto bastante complicado, inclusive o que Vossa Excelência coloca da questão da retenção do repasse dos servidores, que não foi repassado, eles já enviaram um substitutivo aqui para a Casa, que é em torno de quase onze milhões, e eles ficaram de repassar.

Então, no Projeto que já está na minha Comissão, esse Substitutivo já está incluso, que são quase doze milhões de reais, onze e pouco. Este substitutivo eles ficaram de repassar para o IPERON, mas até agora, também, não foi repassado. Mas eu hoje estive, inclusive, discutindo pela parte da manhã com a nossa assessoria técnica, e eu decidi pedir informações, até porque esta Casa, eu não lembro o mês aqui que foi votado, porque eu não estava aqui, que foi no período em que eu estava de afastamento, aquele parcelamento de 80 meses na questão do IPERON, que noventa milhões são de ajustes que foram feitos nos últimos sete anos para trás, pegando outros governos para trás, na verdade dá mais, dá dez anos atrás, que foram reajustes de uma auditoria que foi feita e que dá noventa milhões. E neste parcelamento que está na redação está lá colocado que, principalmente, foi parcelado, além destes noventa milhões, a parte que era daqueles funcionários demitidos e da Polícia Civil que teve um reajuste que eles ganharam na Justiça que gerou isso aqui, e os débitos até 2013. E o que me deixou perplexo, e aí o pedido de informações que eu fiz ao Governo, que estou enviando, na verdade, que eu não fiz ainda, que está sendo feito o ofício para enviar ao Governo, senhor Presidente, é que esse outro parcelamento que está aqui na minha Comissão, ele fala de recolhimentos do mês de agosto até dezembro de 2013 e o 13º. Se já foi parcelado naquele outro parcelamento anterior até 2013, então tem alguma coisa que não está batendo. Então eu estou pedindo informações para que a gente não vote um Projeto equivocado. Se estiver tudo correto, Presidente, tudo bem, não tem nenhuma dificuldade de dar o Parecer favorável e votar, até porque nós poderíamos até ter dado o Parecer contrário, porque, pelo meu entendimento, ele fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque, principalmente esse, nos últimos que foram deixados de recolher, senhor Presidente, ele tem Orçamento, e se tem Orçamento não poderia ter sido deixado de recolher que é o de 2013, não faltou orçamento. Então tem alguma coisa errada nesse projeto.

Então, o que eu fiz: eu pedi informações, e assim que vierem as informações, senhor Presidente, a gente vai discutir para saber o que realmente a gente vai fazer, até para que a gente não tome nenhuma decisão equivocada e Vossa Excelência sabe que o meu comportamento nesta Casa sempre foi ético e, realmente, as coisas que estão erradas a gente não vai votar. Agora, se estiver correto, tiver tudo certinho não tem nenhum problema, eu tenho certeza que Vossa Excelência pensa da mesma forma. Agora, nós não podemos votar esse Projeto, senhor Presidente, antes de analisá-lo de uma forma profunda para que a gente saiba, até porque nós estamos mexendo com o futuro dos funcionários deste Estado, que a partir do momento que eles estiverem aposentados, lá está a sua garantia dos finais dos seus dias, que é a aposentadoria digna e que eles terão que receber. E se o Estado estiver quebrado e no fundo da Previdência não tiver dinheiro depositado, como que essas pessoas que deram a vida, que trabalharam a vida inteira para o Estado vão continuar

sobrevivendo? Então, na verdade, nós temos que ter cautela e responsabilidade ao votar alguns projetos que chegam, muitas vezes a toque de caixa, na pressão, que tem que votar rápido, que está precisando e é importante que a gente analise a cada um deles. Então, é só esse esclarecimento que eu queria fazer, senhor Presidente. Que nós já estamos pedindo informações, depois que chegarem as informações a gente vai analisar aqui, Deputado Edvaldo, e fazer um Parecer correto, adequado, diante de uma legalidade e de uma conformidade com a Constituição Estadual e o Regimento Interno desta Casa.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Neodi. Registrar a presença aqui do nosso Vereador Jurandir Bengala, Vereador aqui de Porto Velho e o nosso próximo Presidente da Câmara no biênio 2015/2016. Obrigado, Vereador Bengala, pela presença.

Daqui a pouco, nós estamos fazendo o requerimento para pegar alguns projetos que estão nas Comissões. Estes estão fora.

O SR. NEODI – Na minha Comissão, senhor Presidente, na semana passada, na Comissão de Finanças e Orçamento, eu fiquei como Relator de vários Projetos. O único Projeto que eu não dei Parecer, hoje, só foi este Projeto, os demais eu dei Parecer. Só que, infelizmente, eu fiz a reunião da Comissão de Constituição e Justiça e não tive êxito, não deu quórum a reunião de Comissão de Finanças e Orçamento que era para acabar de dar o Parecer naqueles Projetos lá, que nós aprovamos lá. Mas eu não tive nenhuma dificuldade, se for o caso, de dar o Parecer destes projetos aqui em Plenário, porque são projetos importantes, e a gente não pode deixar esses projetos parados, não tem nenhum problema se for o caso, eu sou o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e eu estou disposto a dar o Parecer aqui em Plenário, se for o caso.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Chegaram mais Deputados. Nós precisamos de no mínimo 13 Deputados, porque tem projetos que é de votação qualificada que precisa de no mínimo 13 votos.

O SR. NEODI – O quórum ainda não está completo, não alcançou o quórum mínimo, nós só temos 12 presenças, nós temos que ter no mínimo 13 que é o quórum mínimo e infelizmente ainda não está tendo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – É, tem que ter 13. Esse Governo está ruim demais, não está tendo mais nem um Líder, não tem mais nada, é? Apesar de que, para mim, ele nunca existiu mesmo, esse Governo.

O SR. NEODI – Mas nós estamos fazendo o papel dos líderes, nós estamos aqui para votar, não é, Deputado Maurão?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Pedir, vamos esperar mais um pouco. Com a palavra o Deputado Adelino. Se não tiver quórum, infelizmente, não tem como a gente votar nada hoje.

O SR. NEODI – Eu sugeriria que Vossa Excelência desse pelo menos aí uns 15, 20 minutos para ver se chega pelo menos mais um Deputado. Enquanto isso, o Deputado Adelino vai usar a tribuna, de repente até lá chegue mais um Deputado para a gente votar os Projetos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Está ok!

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mais uma vez eu venho, a Sessão passada, cumprimentar o Sr. Presidente, Srs. Deputados, a gente tem que divulgar aqui a presença de todos os Deputados que vêm à sessão para poder valorizar até o pessoal que está se deslocando, tem muita gente que fica dois, três meses sem vir aqui nessa sessão e querem, sim, voltar, continuar como Deputado. Então, nós temos que...

Eu quero aqui aproveitar este momento aqui nesta tribuna para registrar também o aniversário de 43 Anos da EMATER, um órgão superimportante no Estado de Rondônia, no Brasil, principalmente na questão de assistência técnica, incentivo à agricultura familiar, incentivo aos pequenos agricultores. Então, parabenizar a EMATER pelos 43 Anos. A gente lamenta um pouco por pouca perspectiva, às vezes por coisas que não vieram a colaborar para que a EMATER tivesse mais incentivo, mas com certeza os técnicos estão fazendo um grande trabalho. Queremos parabenizar todos os funcionários da EMATER.

Queremos aproveitar também esse momento para agradecer ao Secretário de Educação que reconheceu, estive hoje cedo lá, o Deputado Neodi conhece, na criação da REN de Machadinho foi incluído Cujubim. Cujubim para ter acesso a Machadinho não tem asfalto e Ariquemes tem asfalto. Então, um abaixo assinado de todo o pessoal da Educação do Estado lá de Cujubim, pediram que a gente intercedesse para continuar em Ariquemes, já que todas as contas, as contas bancárias, daqueles funcionários, dos próprios colégios estão em Ariquemes. Então, eu acho que é uma coisa muito importante que mantenha em Ariquemes a questão de Cujubim. Quero parabenizar ao Governo do Estado também por criar a questão da REN de Machadinho onde pode atender Machadinho e Vale do Anari, que foi uma reivindicação do senhor Deputado Neodi, mas a questão de Cujubim, o acesso para Ariquemes é melhor do que o acesso para Machadinho.

Pois não, Deputado Neodi.

O SR. NEODI – É Pequeno Expediente, não cabe aparte, eu pedi uma Questão de Ordem, o Presidente está ocupado, não ouviu. Mas Vossa Excelência já está me concedendo a Questão de Ordem aqui, que está no lugar do Presidente.

Que a REN de Machadinho até hoje não foi instalada, Deputado Adelino, nós vamos ter que instalar o ano que vem, pode ter certeza disso que nós iremos fazer, porque, infelizmente, infelizmente, há mais de um ano, Vossa Excelência é testemunha disso, inclusive eu fui radicalmente contra quando acabaram as REN's, inclusive Cujubim tinha que ter uma, independente de Ariquemes, Cujubim também tinha que ter, porque é uma coisa que ela não gera despesa para o Estado, se for bem gerida, bem gerenciada, que é aquilo que eu disse no dia que o Secretário veio aqui. Eu disse: Você está induzindo

o Governador a erro. Está retroagindo, tirando o direito de uma facilidade que hoje os funcionários têm de resolver os seus problemas nas sedes dos seus municípios tendo que ir para Ariquemes enfrentar fila, gastar dinheiro do bolso para protocolar um Ofício, isso criou uma dificuldade enorme para os servidores da Educação, não é só os professores, não. E aí, Deputado Adelino, Vossa Excelência está coberto de razão, é mil vezes melhor Ariquemes do que Machadinho. Só que o que a gente vai brigar o ano que vem, brigar não, nós vamos implantar o ano que vem as REN's em todos os municípios onde tiverem duas ou três escolas estaduais, tem que ser instalada para criar facilidade para os professores e servidores da Saúde, não criar dificuldades como esse governo vem fazendo, tratando da forma que vem tratando os servidores públicos.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mas ela foi criada e foi incluído Cujubim na REN oficialmente, mas aí está sendo revertido isso, uma reivindicação dos funcionários estaduais de Cujubim que foi reconhecida pelo Secretário de Educação e vai ser feita essa alteração. Eu quero parabenizar.

Mas gostaria também, senhor Presidente, senhores Deputados, de falar sobre um assunto muito importante. Nós fomos ao Garimpo Bom Futuro e hoje a Cooperativa do Bom Futuro está investindo, ela buscou parceiros para poder investir para trazer, para implantar uma rede de energia elétrica para poder atender o Garimpo Bom Futuro. Os empresários compraram o maquinário, está parado há mais de ano, mais de ano e meio e não tinha energia para poder funcionar. Então a Cooperativa está bancando, está avalizando vinte e oito milhões hoje de investimentos, puxando uma rede especialmente lá da subestação até o Bom Futuro. Então, parabenizar a Cooperativa, parabenizar todos os sócios da Cooperativa lá do Garimpo do Bom Futuro pela iniciativa, mas também, mais uma vez, lembrar aqui da inoperância da ELETROBRAS em Rondônia, onde deixam as pessoas tendo prejuízo desse tamanho, mais de um ano parado, máquinas importadas e não podem funcionar por falta de energia, quase todos os municípios não podem instalar, inclusive lá no garimpo mesmo os ares condicionados não podem funcionar porque a energia não comporta. Então, é uma vergonha, quase todas as escolas, Campo Novo, Buritis, que nós fizemos emendas para ar condicionado, muitas não têm energia suficiente para ligar na rede, alguns dependem de iniciativa do Prefeito ou do Governo do Estado para adaptar a parte elétrica, mas muitos dependem de reforçar as redes das linhas, Deputado Zequinha, e infelizmente a ELETROBRAS em Rondônia deixa muito a desejar, aliás, no Brasil, a questão de energia hoje é uma preocupação muito grande em nível nacional.

Sabemos aí que a Presidente Dilma veio aqui simplesmente para fazer uma gravação aqui nas Usinas de Jirau e Santo Antônio e a gente sabe que o investimento é particular, não é do Governo Federal, isso aí é de pessoas investidoras que investiram para poder implantar. Ela vem aqui filmar, mas não se preocupa em fazer a parte que é do Estado, que é do Governo Federal, que é distribuição, as empresas estão falidas, inclusive foi financiado já onze bilhões, agora foi financiado mais três bilhões para as empresas para passar o período eleitoral para poder dar aumento só depois do período

eleitoral. Então, é uma enganação e nós queremos alertar a população que nós temos que prestar bem atenção nessa eleição, vamos cuidar, porque as pessoas que estão atrapalhando Rondônia não podem continuar no poder, principalmente quando deixam de mandar, deixam de atender a transposição, que é uma necessidade, é um direito nosso, é uma coisa que já foi aprovada no Congresso Nacional, já foi disponibilizado no orçamento e até o momento nada. E, além disso, deixa quase todos os órgãos do Estado falidos, seja CEPLAC, seja EMBRAPA, seja ELETROBRAS, o Governo Federal virou as costas para Rondônia. Então, nós precisamos prestar atenção nesta eleição sobre essa importância do voto de vocês, para votarem e procurar melhorar, pessoas que tenham propostas para melhorar o Estado de Rondônia.

Eram estas as minhas palavras e gostaria que nessa eleição, eu já convoquei e acho que deveria fazer um protesto, se não der, se o Governo Federal não der o que ele prometeu, que ela veio aqui e prometeu, não deveríamos votar em ninguém, seria um exemplo para o Brasil todo e com certeza os outros governos mesmo, os que assumirem vão saber que Rondônia tem condições de protestar, tem condições de marcar presença e fazer um protesto em nível nacional. Estas são minhas palavras e muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino. Com a palavra o Deputado Cláudio Carvalho.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Sr. Presidente, eminente Deputado Hermínio, em nome de quem cumprimento a Mesa Diretora e Deputados no Plenário; em nome da Deputada Epifânia cumprimento a todos servidores da Casa; pessoal que está aí nas galerias.

Ouvindo atentamente aqui, senhor Presidente, as falas aqui falando da questão da ELETROBRAS, realmente nós temos grandes problemas na ELETROBRAS, começando por esta questão do “Luz para Todos” que o Governo Federal tem um convênio com o Governo do Estado e que nesses três anos e meio nenhum real dos dez por cento que o Governo do Estado de Rondônia tem que repassar no contrato para colocar energia elétrica na casa de quem mora no campo, nenhum real foi colocado, essa dívida já deve chegar a cinquenta milhões de reais, por isso que o “Luz para Todos” em Rondônia ainda não foi universalizado. Nós temos ainda em Rondônia, Deputado Neodi, cerca de dezoito mil famílias que ainda não tiveram acesso à energia. O Projeto *Luz para Todos* é compreendido da seguinte forma: 90 por cento do recurso vem do Governo Federal e dez por cento do Governo do Estado. Com o Governo do Estado de Rondônia, o atual governo não repassou nenhum centavo desse recurso, é claro que muitas casas que deveriam estar com a energia no campo ainda não estão. Lamentavelmente, essas pessoas ainda vivem à luz de vela ou à luz da lamparina, mas eu não me canso de falar nesta tribuna que esse repasse é um repasse justo, que deveria estar ocorrendo e não está, assim como o repasse que é de lei, de direito dos servidores e garantia de aposentadoria dos servidores, Deputado Neodi, e que esse governo também não repassa e fica mandando mensagem para a Assembleia para que os Deputados fiquem passando a mão na cabeça deste governo, e eu nunca passei e nem passarei, jamais votarei a favor dessa imoralidade.

E ouvindo também atentamente o que o Deputado Adelino coloca aqui, que o Governo Federal virou as costas para Rondônia, quem virou as costas para Rondônia foi esse atual Governador que a cada dia transforma a política deste Estado num desastre, que não dá uma assistência mínima possível aos agricultores, que não dá a assistência mínima possível aos nossos moradores que moram a seiscentos quilômetros, a quatrocentos, a duzentos quilômetros nessas cidades do interior, que ficam gastando o dinheiro da saúde com o transporte nas ambulâncias, Vereador Bengala, deixando o povo, a maioria das vezes, morrer no caminho entre o interior e a capital e os próprios que moram aqui na capital, quando chegam ao João Paulo, muitas das vezes o chão é o espaço que têm para se agasalhar, uma doença grave, é esse que virou as costas para o nosso povo, é esse Governo que pediu intervenção na Saúde para gastar sem licitação e até hoje ninguém vê melhoras, a gente só vê sofrimento deste povo. E para o Deputado Adelino Follador que disse que o Governo Federal virou as costas para Rondônia, quem virou as costas para Rondônia é o atual Governador que Vossa Excelência tem dado todo o subsídio e tem votado a favor em todos os projetos aqui nesta Casa. Por isso que não adianta ficar jogando pedra porque temos que assumir a responsabilidade tanto do Governo Federal como do Governo do Estado, sem ficar passando a mão na cabeça de quem quer que seja o ente federativo. Vejo que tem problemas sim no Governo Federal, porque os projetos que são trazidos aos governos estaduais dependem da eficiência dos governos estaduais, e não é o caso aqui em Rondônia, não falo só deste último, falo, por exemplo, senhor Presidente, do esgotamento sanitário de Porto Velho e a água tratada que desde 2008 vieram setecentos e noventa milhões de reais para que Porto Velho tenha água tratada e esgotamento sanitário e até hoje, passaram três governos, está acabando o terceiro governo, nobre Vereador Bengala, e a gente não viu chegar uma gota de água nas torneiras dos portovelhenses, nós não vimos um palmo de esgotamento sanitário. Será que é culpa do Governo Federal que esse dinheiro vai voltar agora no dia trinta e um de dezembro ou é incompetência do Governo do Estado, eminente Deputado Adelino? Precisamos assumir a responsabilidade. Não é porque é época de eleição que faço esse discurso com raiva, fico com raiva porque o dinheiro que vem do Governo Federal deveria ser aplicado aqui e a gente vê essa irresponsabilidade e a cada dia, nesta Assembleia Legislativa, se aprovam leis para botar panos quentes nessa atual administração e eu digo isso em qualquer lugar, falo aqui em rádios e em qualquer lugar.

Nós aprovamos projetos aqui, eu falo 'nós' porque eu participo da Assembleia, mas tenho votado em quase todas as votações, nas votações que julgo que é inconveniente e tenho votado contrário sim e o que a gente ganha aqui nesta Assembleia é perseguição, punição, me puniram com dois meses de afastamento aqui sem nunca ter respondido um processo na Justiça, sem nunca ter um processo que me diga: eu respondo um processo tal por isso e por aquilo, porque sempre venho a esta tribuna, eminente Vereador Bengala, nós que fomos Vereadores juntos, para cobrar melhorias para o nosso povo aqui de Rondônia. Mas, infelizmente, quem fala contra esse governo recebe a repressão e nós não podemos deixar de falar aquilo que é a verdade. Estão voltando agora

setecentos e noventa milhões de reais que era para esgotamento sanitário e a água tratada. Desde 2008 que está aí. Será que o Governo Federal está virando as costas? Esse dinheiro volta, senhor Presidente, com atestado junto com este recurso para Brasília, um atestado de incompetência de três governos. Três governos. E eu estou aqui para vir a esta tribuna e aceitar apartes e aceitar discutir no campo das ideias, no campo da moralidade, mas não...

O Sr. Adelino Follador – Deputado, eu estou pedindo um aparte para o senhor, se o senhor...

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Eu concedo assim que concluir o meu raciocínio, eminente Deputado, muito embora nesse expediente não tenha direito a apartes. Assim, se a Mesa Diretora julgar pertinente, eu concedo o seu aparte. Por isso é que nós aqui, nesse momento de eleição principalmente, mas não é por isso que falo isso desta tribuna. Eu tenho assumido a minha responsabilidade desde que assumi esta Casa para ter o direito de falar quando julgo que as coisas estão erradas. Acabar com a Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer como foi acabado, será que está correto? A nossa juventude que não tem, muitas vezes, um campo de futebol para brincar, a nossa juventude que antigamente tinha os jogos escolares que há anos já acabaram nesse Governo, quando faz, faz uma meia boca; a nossa juventude que precisa de um esporte e o estádio Aluizio Ferreira na capital está interditado há mais de três anos, será que é culpa do Governo Federal? E ninguém vê nenhuma voz aqui nesta Assembleia as poucas vozes que acompanham os meus pensamentos desta forma. Por isso é que eu não vou me cansar, até o último dia do meu mandato, de cobrar a responsabilidade para que esse dinheiro não volte, são setecentos e noventa milhões de reais para esgotamento sanitário e água tratada em Porto Velho e entra governo e sai governo, já é o terceiro e nós vamos perder esse recurso.

Concedo o aparte. Tem aparte, senhor Presidente? Concedo o aparte ao eminente Deputado Adelino Follador.

O Sr. Adelino Follador - Eu quero parabenizar o Deputado pela sua veemência, pela sua coragem de defender o Governo Federal. Eu acho que é sua obrigação como Deputado da bancada do PT, mas eu quero deixar aqui registrada a minha indignação mais uma vez, e esse recurso do saneamento básico de Porto Velho, eu que era Prefeito na época, nós acompanhamos de perto a responsabilidade. A responsabilidade era da Prefeitura de Porto Velho. A Prefeitura de Porto Velho repassou a responsabilidade para o Governo do Estado, que era na época ex-Governador. Então, a Prefeitura de Porto Velho é que autorizou para passar para o Governo do Estado. Então, a Prefeitura de Porto Velho, na época Roberto Sobrinho, tinha tudo para se preparar, para executar essa obra via Prefeitura. Saneamento básico, hoje o município que eu fui Prefeito tem 100% de saneamento básico executado pela Prefeitura. A Prefeitura abriu mão porque quis.

Então, eu gostaria de dizer aqui que a responsabilidade, eu concordo que pode ter sido o ex-Governador que enrolou e o atual Governador não conseguiu desenrolar, mas também a Prefeitura de Porto Velho é muito responsável por essa parte. Então, eu quero deixar aqui registrada mais uma vez a minha

indignação com o Governo Federal de virar as costas para Rondônia. Esse Projeto foi compensação das Usinas, as compensações das Usinas é obrigação dele liberar. Foi liberado e eu não tiro nenhuma vírgula do que o senhor está falando de pessoas que são responsáveis. Eu quero incluir a Prefeitura de Porto Velho, que desde o começo que ela tinha como executar direto esse Projeto sem precisar do Governo do Estado. Foi passado para o Estado num acordo e foram licitar, logo não foi licitado nem pela Secretaria de Obras do Estado, foi licitado lá pela SEPLAN. Eu achei a coisa mais ridícula, na época, a SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento do Estado de Rondônia é que fez a licitação de uma obra tão importante, quando a Secretaria de Planejamento não tinha estrutura para isso, não tinha técnicos para isso. Sabia que não ia funcionar, mas a ânsia de fazer as negociações aqui com as Usinas, para colocar máquina para trabalhar, para botar ônibus para puxar gente para poder fazer os interesses particulares, tanto do Prefeito de Porto Velho como do Governo do Estado, na época. Fecharam as vistas para tudo e as compensações foram mal aplicadas em todos os sentidos. Nós perdemos uma grande oportunidade para o Estado de Rondônia e Porto Velho ter aproveitado os recursos das compensações que eram muitos e agora acabou acontecendo o que aconteceu.

Então, eu quero aqui lembrar dessa responsabilidade da Prefeitura de Porto Velho e eu quero deixar bem claro aqui, não estou tirando a responsabilidade de ninguém, porque o Governo do Estado tinha que ter licitado numa Secretaria com uma equipe onde tivesse condições técnicas para começar o trabalho bem feito. Depois de um Projeto mal feito é muito difícil consertar, principalmente quando se trata de um valor como esse que é um dos maiores projetos do Brasil, mas não foi dado de graça, não, foi dado pelas compensações das Usinas do rio Madeira que estão aí e estão trazendo prejuízo para o Estado de Rondônia, até o momento ficou essas alagações, a população está sendo muito prejudicada, que essas compensações, o trânsito, os hospitais lotaram, a educação lotou, tudo não foi previsto como deveria ser. As compensações seriam para atacar a educação, para melhorar a estrutura da saúde, para que a população que já morava aqui não fosse prejudicada. Infelizmente foi.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Obrigado pelo aparte, Deputado Adelino. Vossa Excelência falta com a verdade quando diz que essa verba foi de compensação e isso eu posso provar com documentos. Se Vossa Excelência diz que essa verba é de compensação, eu vou trazer o documento que prova que não é. Vossa Excelência está faltando com a verdade. Essa obra, as obras de compensação, com os documentos homologados com todos os órgãos de controle que diz que essa obra não é de compensação. Essa obra foi fruto do reconhecimento do Governo Federal de mandar esse recurso para Rondônia. E outra situação...

O Sr. Adelino Follador – Um aparte, Deputado?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Eu já permiti aparte, eu gostaria agora que o senhor respeitasse a minha fala, eminente Deputado Adelino, o que eu quero constar é que o senhor falta com a verdade, porque esse recurso não é obra de compensação e eu tenho os documentos que provam quais são os recursos que foram de compensação, tanto para o Estado quanto para a Prefeitura, e não é esse caso.

Outra coisa, se esse recurso veio para o Estado, para o município de Porto Velho, mas veio via Estado, porque o Estado de Rondônia tem uma empresa chamada CAERD que já explora

o serviço da água em Porto Velho, muito embora de péssima qualidade, mas tendo em vista que já tem uma empresa, tem uma estrutura, se achou melhor na época que o próprio Governo desse continuidade para não deixar uma estrutura aqui abandonada e montar outra estrutura, até para se ganhar tempo. Mas infelizmente passaram três governos, não vou nem citar nome que todos sabem quais foram os três governos que aí passaram, e nenhum deles teve competência, eminente Deputado Neodi, de, pelo menos, elaborar o projeto básico. E eu descobri isso quando fui Vereador aqui em Porto Velho há cerca de quatro ou cinco anos. Denunciei ao Tribunal de Contas da União e ele paralisou essa obra, mandou paralisar a obra. Inclusive muitos políticos deste Estado dizem que não tem água tratada em Porto Velho e esgotamento por minha causa, que é mentira. Se eu não denuncio essa obra, hoje nem tinha recurso e nem tinha obra. E ainda comeram cento e oitenta e três milhões de reais, pagos indevidamente, porque se não tinha projeto básico, imagine quem entende de esgotamento sanitário que é ligar os canos das fossas em tubulações para cair em duas grandes estações de tratamento, se não sabia nem aonde ia ser o terreno das estações de tratamento. Para que enterraram os canos na frente da casa das pessoas, quebrando ruas, algumas delas que tinham sido asfaltadas recentemente? Então, precisamos assumir a responsabilidade. Eu aceito crítica, eu aceito discutir no campo da ideologia partidária, de qualquer forma, mas não podemos falar de qualquer forma, sem poder provar. Isso aí não é obra de compensação, é fruto do entendimento do Governo Federal, aqui com os nossos pedidos do Estado, com este Estado que agora contribui com essas duas hidrelétricas, mas não são obras de compensação porque as obras de compensação estão todas nos papéis, dizendo quanto que é a obra e qual que é essa obra. E essa do esgotamento sanitário e da água tratada não consta em nenhum dos documentos que foram assinados e tratados de obra de compensação, seja ambiental ou compensação social, qualquer uma que seja.

Tenho dito, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Cláudio. Deputado Adelino, vai falar?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero deixar claro aqui, água e esgoto o Supremo já decidiu que é concessão do município. O município cede para o Estado se quiser. Então, nós, na época eu era Prefeito, houve várias discussões e foi sim negociado, o Governo Federal repassou esse recurso em função das Usinas que iam ser instaladas aqui em Porto Velho. Eu participei várias vezes das discussões na AROM e quando foi discutido esse assunto e de fato veio compensando o impacto que existia pelos duzentos, trezentos mil habitantes que ia aumentar a população de Porto Velho. Então, eu quero deixar aqui registrado que a concessão de água e esgoto é, em nível nacional, de responsabilidade dos municípios. O município dá a concessão para o Estado se quiser. Então, a responsabilidade é do município. Então, o município cedeu isso para o Estado porque ele quis. Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino. Registramos a presença do nosso Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Ariquemes – ASPRUTU, do companheiro Almir Cordeiro. Obrigado, Almir, pela presença. Também do nosso Vereador do PSD, do meu Partido lá de Ariquemes, Vereador Vanilton Cruz. Obrigado, Vanilton. Também agradecer a presença do companheiro Odair, faz parte

da nossa imprensa lá de Ariquemes e agradecer a presença de todos aqui que estão participando aqui da nossa Sessão. Com 12 presenças, não tem como a gente votar nada. Encerradas as Breves Comunicações passamos ao Grande Expediente.

Senhores Parlamentares, em cumprimento à disposição regimental, comunico que não há matéria a ser anunciada na Ordem do Dia desta Sessão. Matéria até que existe, mas infelizmente não tem quórum, não tem como.

Encerrado o Grande Expediente passemos às Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos. Para a semana, a gente vai comunicar a todos os Deputados que nós não podemos deixar a falta de quórum nas Sessões aqui. Eu vou comunicar os Deputados e vamos ser rigorosos, nesse período agora, com falta, com ausência dos Deputados.

Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos à Ordem do Dia. Solicito ao nosso Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Requer à Mesa a inclusão na Ordem do Dia de hoje dos Projetos de Leis nºs 1.247/14, 1.297/14 e 1.251/14.

- REQUERIMENTO VOTO DE LOUVOR DO DEPUTADO ZEQUINHA ARAÚJO. Requer à Mesa, na forma regimental, “VOTO DE LOUVOR” à EMATER-RO (ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL), pelos 43 anos de relevantes serviços prestados ao desenvolvimento Rural sustentável de Rondônia.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA PROFESSORA STELLA. Indica ao Governo do Estado a necessidade de fazer limpeza e encascalhamento nas Ruas 31 de Março, Rua do Canto e Rua Juazeiro que se localizam na Invasão Aparecida próximo ao Canil Municipal, na Avenida Mamoré em Porto Velho/RO.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA PROFESSORA STELLA. Indica ao Governo do Estado, com cópia ao Departamento de Obras e Serviços Públicos do Estado de Rondônia – DEOSP/RO, a compra de turbo ármico para a substituição de pontes na linha 621 no Município de Jaru.

Lidas as matérias, Senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Solicito ao nosso Secretário proceder à leitura dos Requerimentos a serem apreciados.

Encerrada a Ordem do Dia, passamos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar esta Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 02 de setembro, no horário regimental, às 15 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 16 horas e 43 minutos).

ASSESSORIA DA MESA

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA OITAVA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano dois mil e catorze, às dezessete horas e quarenta e três minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência dos Senhores Deputados Kaká Mendonça e Hermínio Coelho – Presidente; Secretariada pelo Senhor Deputado Lebrão – 1º Secretário e Ribamar Araújo; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Cláudio Carvalho, Edson Martins, Hermínio Coelho, Kaká Mendonça, Lebrão, Luiz Cláudio, Luizinho Goebel, Neodi, Ribamar Araújo, Saulo Moreira, Valdivino Tucura, Zequinha Araújo e Senhoras Deputadas Carmem Gon e Epifânia Barbosa; e ausências dos Senhores Deputados Edvaldo Soares, Euclides Maciel, Flávio Lemos, Jaques Testoni, Jean Oliveira, Marcelino Tenório, Maurão de Carvalho e Senhoras Deputadas Glaucione e Professora Stella. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foram aprovados em **segunda** discussão e votação, pelo processo de votação nominal, por maioria absoluta de votos, os **Projetos de Leis Complementares** nºs.: **216/14** de autoria do Tribunal de Contas que “Altera o Anexo II da Lei Complementar nº 786, de 15 de julho de 2014”, com 14(catorze) votos; **218/14** de autoria da Mesa Diretora que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013”, com 13(treze) votos; **219/14** de autoria da Mesa Diretora que “Altera a Tabela da Lei Complementar nº 730, de 30 de setembro de 2013”, com 15(quinze) votos. Foram aprovados em **segunda** discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos, os **Projetos de Leis Ordinários** nºs.: **1252/14** de autoria do Poder Executivo/M 092 que “Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 2204, de 18 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a Lei Orgânica e Fixação do Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia”; **1268/14** de autoria do Poder Executivo/M 104 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação até o montante de R\$ 300.000,00 em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC”; **1301/14** de autoria do Poder Executivo/M 123 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro, até o montante de R\$ 227.253,00 em favor da unidade orçamentária Agência Estadual de Vigilância e Saúde - AGEVISA”; **1311/14** de autoria do Poder Executivo/M 131 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro, até o montante de R\$ 2.301.101,56 em favor da unidade orçamentária Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN”; **1313/14** de autoria do Poder Executivo/M 133 que “Autoriza o

Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$ 1.878.000,00 em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC"; **1315/14** de autoria do Poder Executivo/M 135 que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$ 1.146.233,80 em favor das unidades orçamentárias Superintendência Estadual de Compras e Licitação – SUPEL e Superintendência Estadual do Esporte, da Cultura e do Lazer - SECEL"; **1325/14** de autoria do Poder Executivo/M 145 que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 1.915.839,93 em favor da unidade orçamentária Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN"; **1333/14** de autoria do Poder Executivo/M 156 que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação e por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 208.333,33 em favor da unidade orçamentária Superintendência Estadual do Esporte, da Cultura e do Lazer - SECEL"; **1334/14** de autoria do Poder Executivo/M 157 que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 163.093,62 em favor da unidade orçamentária Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado - FHEMERON"; **1336/14** de autoria do Ministério Público que "Dispõe sobre a extensão do benefício contido na Lei nº 2650, de 19 de dezembro de 2011, aos servidores ativos do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Rondônia para o exercício de 2013"; **1343/14** de autoria do Deputado Hermínio Coelho que "Revoga a Lei nº 2531, de 25 de julho de 2011"; **1344/14** de autoria do Deputado Hermínio Coelho que "Altera dispositivos da Lei nº 3301, de 18 de dezembro de 2013". Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão ordinária para o dia 26 de agosto, no horário regimental, às 15:00 horas. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Plenário das Deliberações às dezoito horas e oito minutos do dia dezoito de agosto do ano dois mil e catorze.

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2014/CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 00000386/2014-32

A Superintendência de Compras e Licitações - SCL,
através da Comissão Permanente de Pregão - CPP,
nomeado pelo **ATO Nº 120/2014-SRH/P/ALE**, torna público

aos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, consignando o que se segue:

TIPO: Menor Preço

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto nº 6.204/07 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, bem como às Instruções Normativas/MARE nº 05, de 21.07.95 e nº 01, de 17.05.01.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de gravação e transmissão ao vivo de áudio (streaming de áudio) e vídeo (streaming de vídeo) via Internet das sessões ao vivo, ordinárias, solenes e ordinárias com solenidade, extraordinárias e audiências públicas realizadas pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, conforme as condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

VALOR ESTIMADO: R\$ 265.560,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta reais).

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's, conforme art. 6º do Decreto nº 6.204, de 5.09.07
() SIM (XX) NÃO.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: 16 de setembro de 2014, Hora: 10:00.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia: 16 de setembro de 2014, Hora: 10:30.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:
www.ale.ro.gov.br - (Licitações/2013); www.licitacoes-e.com.br; Esclarecimentos: cpl@ale.ro.gov.br; Telefone/FAX: (0xx) 69-3216-2732

Porto Velho, 13 de agosto de 2014.

EVERTON JOSÉ DOS SANTOS FILHO

Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200155998

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2014/CPPI/ALE/RO
Processo Administrativo nº 00001029/2014-05
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO, por meio de seu Pregoeiro, designado através do ATO Nº 120/2014-SRH/P/ALE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, consignando o que se segue:

TIPO: Menor Preço Por Lote.

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, regulamentado pelo Decreto nº 3.931/2001, de 19 de Setembro de 2001 e alterações do Decreto nº 4.342/2002, de 23 de agosto de 2002, alterado pelo Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, Decreto Estadual 10.986/2004. Lei nº. 3.179/2013 Estadual – Rondônia e 18.340 de 06/11/2013.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de pneus novos, incluído: troca, balanceamento e alinhamento dos veículos automotores, para atender as necessidades de reposição de pneus da frota de veículos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme quantidades e especificações estipuladas no Temo de Referência – Anexo I do Edital.

VALOR ESTIMADO: R\$ 122.332,69 (cento e vinte e dois mil e trezentos e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos).

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's, conforme art. 6º do Dec. nº 6.204, de 5.09.07. () SIM
(X) NÃO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: 16 de setembro de 2014, Hora: 11h00min

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia: 16 de setembro de 2014, Hora: 11h30min

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:
www.ale.ro.gov.br - (Licitações/2014); www.licitacoes-e.com.br; Esclarecimentos: cpl@ale.ro.gov.br; Telefone/FAX: (0xx) 69-3216-2732 Porto Velho-RO, 15 de agosto de 2014.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO
Mat. 200155998

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº2001/2014-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 10 e 21 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

Art.1º. Constituir Comissão de Reavaliação e de Inventário dos Bens Públicos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a partir de 1º de setembro de 2014, para, no decorrer do exercício de 2014, realizar o levantamento patrimonial dos bens deste Ente, com fins de inventário, localização, avaliação, reavaliação, devendo ainda proceder à emissão dos respectivos Termos de Responsabilidade, Relatório e Procedimento com a finalidade do tramite do processo administrativo.

Art.2º. A Comissão será composta pelos servidores:

Presidente: LAURICELIA DE OLIVEIRA E SILVA

Membros: OSVALDO NUNES NETO
ADERLANE DAVIS DOS SANTOS
EUNILSON NUNES NETO

SECRETÁRIO: CARLOS ALBERTO FERNANDES CUNHA

Art.3º. A Comissão de Reavaliação de Inventário dos Bens Públicos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia tem prazo de 90(noventa) dias para atuar dentro das suas competências após, emitir relatório de Reavaliação de Bens e Inventário Patrimonial Físico-Financeiro de todos os bens patrimoniais constantes do acervo da ALE/RO.

Art.4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os Atos nº 0225/2014-SRH/P/ALE e 1853/2014-SRH/P/ALE.

Porto Velho, 01 de setembro de 2014.

JOSE HERMÍNIO COELHO
PRESIDENTE

MARIA MARILU DO ROSARIO DE B. SILVEIRA
SECRETARIO GERAL